P. Antônio STEFFEN, S. J.

Demonstração e caráter lógico do princípio de causalidade

Para demonstrar o princípio de causalidade, poderíamos contentar-nos com apelar para a intelecção, que temos dêle. Bastaria dizermos: Entendemos que um ser contingente só pode existir por influxo de um outro ente, uma vez que é indiferente para existir ou não existir. Se não fôsse causado por outro, teria deixado de ser indiferente; teria tomado uma iniciativa; teria deixado de ser passivo quanto a existir ou não existir, pois ser indiferente quanto a isso quer dizer ser passivo. E o que é passivo sob um respeito, exige quanto a êle a intervenção de outro ente. Tôda a demonstração do princípio de causalidade se limita a expor isso.

Contudo seria pouco filosófico, se apenas quiséssemos dizer: O meu inteleto me mostra que é assim e basta! Examinemos, pois, mais de perto a demonstração do princípio de causalidade.

1. O recurso ao princípio de razão suficiente.

Tem-se apelado para o princípio de razão suficiente para demonstrar o princípio de causalidade, dizendo que um ente contingente, que existisse sem causa eficiente, não teria razão suficiente ou ao menos não a teria, para realizar-se, o que é o ponto em questão. Entretanto a lógica não permite que se diga que o princípio de causalidade se funda no princípio de razão suficiente ou deriva dêle. Para que um princípio se funda em outro, é preciso que sejam dois princípios diferentes, uma vez que um princípio não se pode fundar em si mesmo. Mas o princípio de causalidade não é outro princípio que o de razão suficiente. E' apenas uma parte dêsse princípio, enunciada separadamente. Nem se dirá que esta parte se funda no princípio todo, senão apenas, que precisamente é parte dêle. O princípio de razão suficiente diz que tudo que é, tem razão suficiente para ser e não não-ser. Ora essa razão pode ser idêntica com o ser "racionado", como é o caso em Deus; mas também pode ser realmente distinta do ser

"racionado". O originar-se de um ser contingente tem em si mesmo a razão suficiente de ser originar-se e não outra coisa p. ex. não-originar-se. Mas a realização dêsse originar-se não tem a razão suficiente em si mesma, e sim em outro ser realmente distinto do ente realizado, precisamente a causa eficiente dêle. Portanto o princípio de causalidade não é nada mais do que a parcela do princípio de razão suficiente, relativa à realização de um ser contingente. Por conseguinte não pode ser demonstrado por recurso ao princípio de razão suficiente, uma vez que faz parte da intelecção dêsse mesmo princípio. Não entendida a necessidade de uma razão realmente distinta do ente "racionado", essa necessidade não estaria contida no princípio de razão suficiente e com isso êle seria inoperante para a demonstração do princípio de causalidade. Entendida porém tal necessidade, estará entendido e admitido o princípio de causalidade sem recurso a outro princípio qualquer. De modo semelhante não se poderia apoiar no princípio de contradição a tese seguinte: **O ente contingente não pode não ser, enquanto é**, pois essa tese é parte daquele princípio. Quanto à relação entre o princípio de causalidade e o de razão suficiente apenas se pode explicar, que a palavra "razão suficiente" designa tudo aquilo que nos explica uma coisa e sem o qual essa coisa seria inexplicável, incompreensível e impensável, quer êsse elemento expliccativo seja idêntico como a coisa respetiva, quer realmente distinto dela.

2. O recurso ao princípio de contradição.

De certo modo o princípio de causalidade depende do princípio de contradição, pois se não valesse êsse segundo princípio, o contingente poderia ser ao mesmo tempo não-contingente. Entretanto essa é uma dependência na ordem ôntica ou na ordem do ser. Vejamos, porém, se há dependência também na ordem lógica, ou se é possível demonstrar o princípio de causalidade, recorrendo ao princípio de contradição.

Com bastante freqüência se encontra a seguinte demonstração do princípio de causalidade: Um ser contingente, que existisse sem ser causado por outro, seria ao mesmo tempo contingente e não-contingente, portanto todos os seres contingentes necessitam de causa eficiente. Essa argumentação, entretanto, não passa de uma **petitio principii**. Com efeito, se ainda não admitimos o princípio de causalidade, não está excluído que um ser contingente comece a existir sem causa eficiente. Não há dúvida que ao mesmo tempo que pensamos essa hipótese, entendemos que ela não é possível. Mas isso, porque no mesmo instante entendemos e admitimos

o princípio de causalidade. Se não o admitirmos, ou se quisermos supor que não vale, para o provarmos em virtude do princípio de contradição, deveremos admitir que um ser contingente pode começar a existir sem ter causa eficiente; e não poderemos dizer que tal ente seria ao mesmo tempo contingente e não-contingente. Seria apenas contingente. Não é possível apoiar o valor do princípio de causalidade no princípio de contradição, como se ser contingente existente e ser não-causado fôssem noções contraditórias em si, noções das quais uma nega a outra só por si, como contingente e não-contingente, ou causado e não-causado, se negam mùtuamente. Admitido o princípio de causalidade segue que um ser contingente não-causado seria ao mesmo tempo contingente e não-contingente, mas não vice-versa; admitido o princípio de contradição, ou admitido, que contingente não pode ser ao mesmo tempo não-contingente, segue a necessidade de causa eficiente ou o valor do princípio de causalidade. Contingente e não-causado não são noções incompatíveis só por si. Apenas depois de entendido o princípio de causalidade não podemos conceber outra possibilidade de um ser contingente não-causado a não ser essa, de ser ao mesmo tempo não-contingente.

Não é preciso ser um gigante em lógica, para ver a **petitio principii** na argumentação, com que p. ex. Roland-Gosselin, aliás autor de primeira categoria, quer provar o princípio de causalidade, apelando para o princípio de contradição. Depois de ter dito que "exister par un autre" só pode ser propriedade de um ente não necessario, i. é, cuja essencia não envolve necessàriamente a existência, vê-se diante da tarefa insolúvel, de excluir a existência de um ser contingente não causado, sem entretanto supor válido o princípio de causalidade, uma vez que se trata de provar êste princípio. Para êste fim raciocina do seguinte modo: Le rapport entre "exister selon son essence" e "ne pas exister par un autre" est entièrement convertible. En sorte que la proprieté de "ne pas exister par un autre" ne peut appartenir qu'a l'être qui "existe selon son essence". (Cf. Essai d'une Étude Critique de la Connaissance, pg. 126 s.) E' fácil compreender que a convertibilidade estatuida na primeira dessas afirmações só vale, se Roland-Gosselin, cometendo uma **petitio principii**, já admite o princípio de causalidade. Quem não compreendese a impossibilidade de um ser contingente começar a existir sem causa eficiente, i. é, quem não admitisse o princípio de causalidade, diria que também tal contingente não causado não existiria por outro e contudo não existiria "selon son essence", uma vez que a sua essência não envolveria necessàriamente a sua existência. Ao menos por suposição deveria poder ser não-necessário, se provisòriamente não se quer admitir o prin-

cípio de causalidade. Claro que Roland-Gosselin poderia dizer: "Entendemos que é impossível que um contingente comece a existir sem causa eficiente". Com isso entretanto já estaria admitindo, o que quer provar. Todos os autores, que implícita ou explìcitamente afirmam que devemos admitir o princípio de causalidade, porque um ente contingente que começasse a existir sem causa eficiente, seria ao mesmo tempo contingente e não-contingente, cometem o mesmo cochilo lógico. O que se pode dizer é o inverso, a saber, que um contingente não causado seria ao mesmo tempo contingente e não-contingente, porque devemos admitir o princípio de causalidade.

3. Caráter lógico do princípio de causalidade.

Depois do que fica dito, a questão do caráter lógico do princípio de causalidade é apenas um corolário. Os autores que afirmam que o princípio de causalidade não é analítico, com isto não querem dizer outra coisa do que apenas que não pode ser demonstrado, recorrendo ao princípio de contradição. Com efeito todos os juízos que podem ser demonstrados, apelando para o princípio de contradição, não apenas são falsos senão também viciosos. Se o juízo "um ser contingente não é causado" fôsse vicioso, isto significaria que causado está contido no conceito de contingente. Note-se bem: no conceito, não apenas na realidade designada por êsse conceito. De outro modo todos os juízos falsos seriam também viciosos. Na realidade, todos os sêres finitos tem muitas propriedades que podem ter ou não ter, sem deixarem de ser o que são. Uma porta p. ex. pode estar fechada ou não fechada, continuando a ser o que diz o conceito porta. O conceito de uma coisa não retém tais propriedades. Limita-se às notas essenciais, i. é, àquilo que se requer e que basta, para que a coisa seja o que é. E' por isso que a negação de uma nota contida no conceito e só essa negação constitui um juízo, que além de falso é também vicioso, como por ex. o juízo: o homem não é substância. Um homem que não fôsse substância, deveria ser homem e não deveria sê-lo, o que seria contra o princípio de contradição. Tal homem não só não poderia existir, mas nem sequer se poderia pensar, por ser contraditório em si. Mas há muitas coisas que não podem existir e, contudo, se podem pensar, precisamente por não serem contraditórias em si. E nestas condições está um ser contingente não causado. Não pode existir, mas pode-se pensá-lo como existente. E é esta a última razão, por que o juízo, que nega o princípio de contradição, é falso mas não é vicioso. O êrro das filosofias essencialistas ou racionalistas não está, portanto, em negligenciarem diretamente a existência. Está em admitirem que

aquilo, que não pode existir, também não se pode pensar; em outras palavras, que só aquilo que não se pode pensar, não pode existir. Com isso igualam essência e existência, ordem do pensamento e ordem da existência, rebaixando indiretamente a existência ao nível da essência. A verdadeira escolástica não caiu nunca nesse êrro.

Laboram, portanto, em equívoco os autores, que pretendem que o princípio de causalidade é analítico, como p. ex. Frick, Dezza, Donat nos seus textos de Ontologia. Se em vez da expressão breve: "juízo não-analítico" usássemos esta outra: "juízo, cuja negação apenas é falsa e não também viciosa", êstes autores concordariam conosco. Concederiam que a questão assim posta não envolve uma decisão quanto a qualquer outro problema. Supõe apenas que cada juízo tenha sujeito o predicado, e que um conceito pode estar contido ou não estar contido como nota na compreensão de outros conceitos. Ficar-se-á livre, para admitir ou não, p. ex., que todos os princípios são uma única intelecção formulada em diversos juízos, a saber a intelecção do ser. Poder-se-á admitir ou não, que o juízo é anterior aos conceitos ou, ao menos, que não temos primeiro os conceitos de sujeito e predicado, unindo-os depois para formar o juízo, senão que originàriamente temos uma intelecção, que corresponde ao juízo completo, abrangendo simultâneamente o sujeito e o predicado. Tudo isso são questões que só por equívoco se podem confundir com o problema do caráter lógico do princípio de causalidade. Como diz o P. de Vries, uma coisa é a intelecção do princípio de causalidade, e outra o problema do modo como se prova, por recurso a outros princípios ou sem tal recurso. Tudo está em ver que a negação do princípio de causalidade, embora seja juízo falso, não é juízo vicioso ou que um contingente não-causado não pode existir, mas se pode pensar, naturalmente com a condição de, ao menos provisòriamente, não se considerar como válido o princípio de causalidade. E isto, em outras palavras, é admitir, não que uma essência não será essência, porque não pode existir, mas sim, que não pode existir, porque não é essência. O que não é essência, não pode existir, mas não basta que uma coisa não possa existir, para que não seja essência, i. é, para que seja contraditória em si mesma e com isso nem sequer possa ser pensada, mesmo abstraindo de tudo o mais. Um homem que não seja substância, não pode ser pensado ,embora abstraindo do princípio de causalidade. Mas um ser contingente, como já dissemos, abstraindo dêsse princípio, se pode pensar perfeitamente, embora saibamos que não pode existir justamente em virtude daquele princípio. Do mes-

mo modo se pode pensar um ente que não seja verdadeiro, embora se saiba que não pode existir, sem ser verdadeiro.

Identificar juízos falsos e juízos viciosos em última análise é identificar a ordem da essência e a ordem da existência.